

# REFLEXOS DA VOZ DO CAMPO

Josaphat Marinho

A marcha dos participantes do "Movimento dos Sem-Terra" para Brasília, por sua amplitude e repercução, obriga a uma reflexão sobre o destino do país. Aqui, como em muitos povos, é comum ignorar-se o descontentamento popular. As classes dirigentes, confiadas na força do poder, desconhecem, quanto lhes interessa, o ruído da insatisfação coletiva. Somente despertam quando as vagas da irritação se convertem em maré montante de rebeldia, ou de reivindicação decidida e inconformada. Dispõem-se a ouvir no momento em que o clima já não é propriamente de diálogo, mas de exigência, de um lado, e de concessão, do outro. Perde-se a oportunidade das soluções por entendimento tranquilo, para aceitação das que resultam do atropelo e da desconfiança.

É o que ocorreu entre nós, em diferentes situações. Na Primeira República, se não havia ambiente político e cultural para a formação de grandes movimentos populares, crescia nos maiores centros a indignação diante da perversão do processo político. As eleições e a representação eram escandalosamente fraudadas. Com a indiferença do poder dominante. Conseqüência foi a Revolução de 1930. Vitoriosa essa Revolução sob o lema "Representação e Justiça", instituiu a ditadura por quatro anos. Para que eleições se realizassem e uma Constituição democrática se elaborasse, foi necessária a Revolução paulista de 1932. Novamente instaurado o regime ditatorial em 1937, sobrevindo o conflito mundial e afundados navios brasileiros pelas forças navais do Eixo, foi o povo em protesto nas ruas que impeliu o governo a declarar guerra à tirania nazi-fascista. Em 1945, com a vitória dos aliados na guerra, de que participou o Brasil com as tropas expedicionárias, foi ainda o povo, por todos os grupos sociais, que forçou o governo à concessão de anistia geral e à abertura política para as eleições e a Constituinte. Em 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares só não impediram a posse do vice-presidente João Goulart porque lhes faltou suporte, inclusive da opinião pública. O povo reagiu fortemente em defesa da legalidade.

Já na vigência da Constituição de 1988, o *impeachment* do presidente Collor tomou corpo e se tornou inevitável, a partir do instante em que os "cara-pintadas", em multidão, exigiram a decisão política. Agora, vê-se a expansão das reivindicações dos sem-terra, pela reforma agrária. Não se há de recusar que providências tenham sido adotadas, assenta-

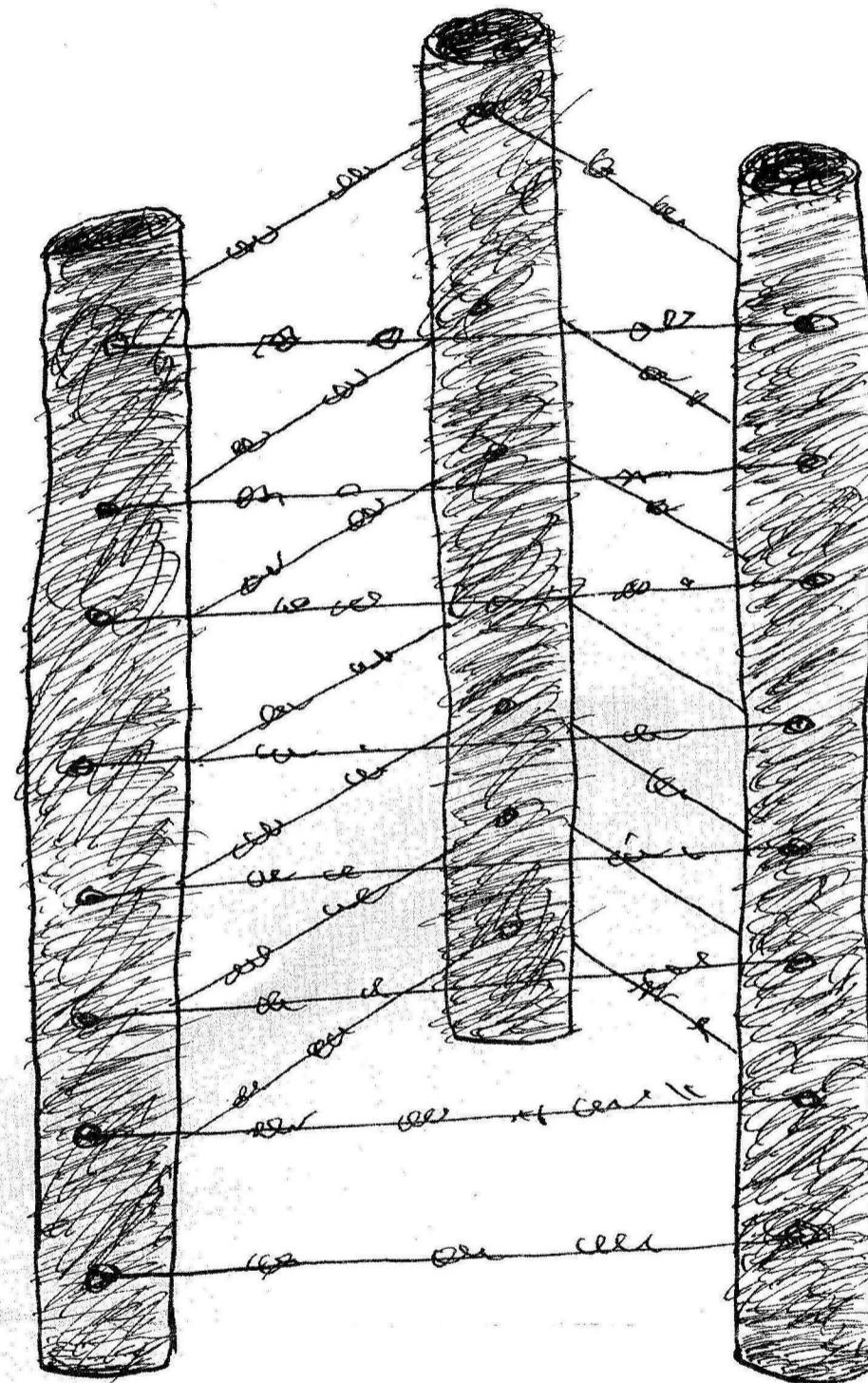


Ilustração: Fred Lobo

mentos realizados. A negação absoluta seria injusta. Certo é, porém, que as medidas postas em prática foram insuficientes ou inadequadas. Não geraram o clima de confiança e esperança, que transformasse as reivindicações em diálogo produtivo. As manifestações pela conquista da terra converteram-se, aos poucos, em invasões de áreas diversas. Os camponeses passaram a ocupar as terras que a lei e o governo não lhes proporcionaram. E cresceu a divergência entre eles e os governantes. Poderá haver a presença de estranhos nesse movimento, mas, sem desfigurá-lo, até aqui.

Tudo culminou na marcha para a capital da República — sede do poder federal. Organizada, disciplina-

da, dirigida com liderança. De pontos diferentes do país, camponeses, homens e mulheres, caminharam longas distâncias, para cumprir missão comum. Chegaram à terra dos dirigentes com o apoio ou a simpatia das populações por onde passaram. Jornais, estações de rádio e televisões os acompanharam e lhes divulgaram a ação com relevo, aqui e no exterior. Na capital, conversaram com os chefes dos três Poderes. A linguagem popular defrontou com a fala ilustrada, sem constrangimento. A voz simples do campo revelou o timbre claro da voz que reclama decisões certas e oportunas.

Pouco importa que o diálogo não tenha sido amplamente proveitoso, como convinha. As palavras de hoje

e até o conflito deste instante não provocar reflexão para o presente e o futuro. Nas causas que envolvem o interesse público e social, as opiniões emitidas não se circunscrevem aos que as proferem, nem ao dia de sua enunciação. Têm dimensão maior, que se estende no tempo, sobretudo quando há outras situações sociais, semelhantemente injustas e graves, que pedem solução. O senso de responsabilidade dos que reclamam e dos que decidem há de encontrar um terreno comum para a preservação da paz social. Enquanto é tempo, e delimitável o espaço da controvérsia.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia